

O Processo Constituinte: Embates no Campo da Educação

Felipe Borges Pache*

Resumo

A pesquisa analisa e levanta fontes para a compreensão do processo Constituinte, com enfoque sobre a construção de uma proposta de educação pública por movimentos de educadores. Verificam-se os embates colocados na elaboração da Constituição Federal de 1988 e como esses conflitos expressam confrontos entre forças políticas e sociais.

Palavras-chave:

Constituinte, Educação, Educação Pública.

Introdução

Saviani (2013) analisa a Constituinte no curso da transição da ditadura civil-militar para a chamada Nova República, período que consolida um projeto de capitalismo dependente no Brasil. Com esta concepção, as políticas educacionais se pautaram, em grande medida, pelo tecnicismo oriundo da Teoria do Capital Humano e expresso nas diretrizes dos organismos internacionais. Na década de 1970, educadores organizados em associações constituem espaços de crítica a esse programa, num movimento que acumula forças na década de 1980 e, junto a outros setores, vai se constituir como principal formulador das reivindicações educacionais na transição para a Nova República. Destacam-se a Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES); junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), foram fundamentais na organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública (FNDEP) atuando no período constituinte.

A partir dessa contextualização inicial verificamos outras fontes para compreensão do período, como Shiroma et al. (2007), que trazem princípios do movimento sintetizados na Carta de Goiânia, que incluíam a ampliação de recursos, com exclusividade de verbas públicas para a educação pública, gestão democrática, ampliação da escolaridade abrangendo creche, pré-escola, 1º e 2º graus, valorização dos professores. Outra autora relevante é Pinheiro (2001), que compreende como principal conflito na elaboração da Constituição, o embate entre a defesa do setor público e a do setor privado de educação, sendo este patrocinado, sobretudo, pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN), atrelada ao setor empresarial de educação, e escolas confessionais.

Resultados e Discussão

Com o desenvolver da pesquisa foram localizadas outras referências, como a dissertação de Pinheiro (2015) que resgata tanto a organização do movimento em conferências de educação, como algumas bandeiras e

discussões relacionadas às mobilizações da década de 1930, com os *Pioneiros da Educação Nova*, e no final da década de 50 e início da década de 1960, com os *Educadores mais uma vez convocados* e as reivindicações da União Nacional dos Estudantes (UNE). A autora ainda destaca outras entidades na mobilização da década de 1980, como a Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Os autores analisados inicialmente davam ênfase à atuação de entidades acadêmicas; com o andamento da pesquisa, verificou-se a importância de entidades, como APEOESP e ANDES, além de um acúmulo de discussão dos movimentos de educadores no Brasil. Enfrentamos, porém, dificuldades em encontrar bibliografia sobre o período, sendo que a maior parte se concentra na área de política educacional, não na de História da Educação.

Conclusão

Existe um vasto campo para investigação historiográfica sobre o período da Constituinte, com questões que merecem análises mais detidas. Além das interpretações sobre o papel das entidades na elaboração e defesa das propostas em favor da educação pública, chama atenção uma questão: se, por um lado, há divergências entre os autores sobre a medida em que as demandas do movimento de educadores foi incorporada ao texto final da CF/88, a proposta de constituição da educação pública sofre dificuldade em se estabelecer frente a prevalência da desresponsabilização do Estado no setor.

Agradecimentos

Ao orientador do projeto, Lalo Watanabe Minto, e à agência financiadora do projeto, o CNPq.

¹ PINHEIRO, C. M. *O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988*. Dissertação (mestrado) - Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124369>>

² PINHEIRO, M. F. O Público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988*. Campinas: Autores Associados, 2001. pp. 255-291

³ SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

⁴ SHIROMA, E; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.